

CONTRATO CONSTITUTIVO DO FUNDO DE PENSÕES BANCO CREDIBOM

Contraentes:

1ª: Banco Credibom, S.A., com sede em Porto Salvo, Lagoas Park, Edifício 14, Piso 2, pessoa coletiva n.º 503 533 726, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de EUR 124 000 000;

2ª: CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., com sede em Lisboa, na Av. João XXI, n.º 63, pessoa coletiva n.º 502 777 460, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de EUR 3 000 000.

Considerando que:

- a) A 1ª contraente celebrou, em 31 de dezembro de 2007, com efeito a 1 de janeiro de 2006, o Contrato de Adesão Coletiva n.º 29 ao Fundo de Pensões Aberto Espírito Santo Multireforma, para financiamento do plano de pensões decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1ª série, n.º 31, de 20 de agosto de 1990, e suas posteriores alterações (adiante designado apenas por “ACT”) e do plano referente a isenções de horário e complementos remunerativos, a partir de 1 de Janeiro de 2006;
- b) Em 24 de novembro de 2009, o sobredito Contrato de Adesão Colectiva n.º 29 ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma foi objeto de alteração para abranger o financiamento do subsídio de morte previsto no ACT e dos encargos inerentes ao pagamento de pensões nos termos da Clausula 144.º do ACT ;
- c) Em 3 de abril de 2013, o sobredito Contrato de Adesão Colectiva n.º 29 ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma foi objeto de nova alteração para enquadrar o financiamento de pensões vitalícias imediatas antecipadas e pensões diferidas para os 65 anos de idades decorrentes de Despedimento Coletivo,

- d) Também, a 31 de dezembro de 2007, e com igual produção de efeitos 1 de Janeiro de 2006, a 1ª contraente celebrou também o Contrato de Adesão Coletiva n.º 30 ao Fundo de Pensões Aberto Espírito Santo Multireforma, para financiamento do plano de pensões referente aos Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice, verificados até 31/12/2005, da população abrangida pela Adesão Coletiva n.º 5 ao Fundo de Pensões Aberto “Espírito Santo Fundo de Pensões GES”;
- e) Em 3 de abril de 2013, o Contrato de Adesão Coletiva n.º 30 ao Fundo de Pensões Aberto Espírito Santo Multireforma acima mencionado foi objeto de alteração para enquadrar o financiamento de pensões vitalícias imediatas antecipadas e pensões diferidas para os 65 anos de idades decorrentes de Despedimento Coletivo e harmonizá-lo em coerência com a não atualização do plano referente a isenções de horário e complementos remunerativos financiado através do Contrato de Adesão Coletiva n.º 29;
- f) A 1ª contraente manifestou a intenção de que os dois planos de pensões acima referidos passassem a ser financiados por um fundo de pensões fechado, a constituir especificamente para o efeito, devendo o mesmo ser gerido pela 2ª contraente;
- g) Face ao exposto, na presente data procedeu-se à liquidação e extinção das Adesões Coletivas atrás mencionadas, por transferência do respetivo património e responsabilidades para o Fundo de Pensões Banco Credibom, que se constitui através do presente contrato.

É celebrado o presente Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Banco Credibom, cuja redação integral é a seguinte:

Artigo 1º

Fundo, Associado e Entidade gestora

- a) O fundo de pensões constituído através do presente contrato denomina-se “Fundo de Pensões Banco Credibom”, sendo adiante designado apenas por “Fundo”;



- b) O associado do Fundo é o Banco Credibom, S.A., atrás melhor descrito como 1ª contraente, sendo adiante designado apenas por “Associado”;
- c) A entidade gestora do Fundo é a CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., atrás melhor descrita como 2ª contraente, sendo adiante designada apenas por “Entidade Gestora”.

Artigo 2º

Objetivo

O Fundo tem por objetivos exclusivos:

- a) O financiamento dos planos de pensões adiante estabelecidos no presente contrato;
- b) O pagamento das prestações pecuniárias dos mesmos decorrentes;

Constituí ainda objetivo, garantir o financiamento dos encargos da responsabilidade do Associado inerentes ao pagamento das pensões nos termos da cláusula 144ª do ACT do sector bancário, que se encontrem abrangidos pelo Plano de Pensões Banco Credibom.

Artigo 3º

Planos de Pensões

- 1. Os planos de pensões financiados pelo Fundo são:
 - a) O “Plano de Pensões Banco Credibom”;
 - b) O “Plano de Pensões Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice”.
- 2. Os planos de pensões referidos no número anterior, adiante também designados apenas por “Planos de Pensões” ou por “Planos”, encontram-se estabelecidos no Anexo I ao presente contrato constitutivo, sendo dele parte integrante.

Artigo 4º

Financiamento dos Planos de Pensões

1. O financiamento do Plano de Pensões Banco Credibom, fica a cargo do Associado e dos Participantes, pelo regime previsto na cláusula 137ª-A do ACT. As contribuições suportadas pelo Associado são realizadas anualmente, de acordo com as necessidades de financiamento que resultarem de avaliação atuarial efetuada para o efeito. As contribuições suportadas pelos Participantes em atividade de serviço, abrangidos pelo regime da cláusula supramencionada, serão realizadas mensalmente.

O Plano de Pensões Banco Credibom segue o regime dos planos de pensões não contributivos, em virtude das contribuições efetuadas pelos Participantes terem carácter obrigatório, nos termos estabelecidos no ACT;

2. O financiamento do Plano de Pensões do Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice, fica integralmente a cargo do Associado, sendo as contribuições realizadas anualmente, de acordo as necessidades de financiamento que resultarem de avaliação atuarial anual efetuada para o efeito;
3. O financiamento de cada um dos Planos de Pensões descritos no Anexo I ao presente contrato será feito através de quotas-partes separadas.

Artigo 5º

Património Inicial

1. O Fundo é constituído na data da assinatura do presente contrato, mediante a realização, nessa data:
 - a) De uma contribuição de € 49.651.065,46 (quarenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil e sessenta e cinco euros e quarenta e seis cêntimos), integralmente realizada em dinheiro, por transferência do Fundo de Pensões Espírito Santo Multireforma, correspondente ao produto da liquidação da Adesão Coletiva n.º 29 àquele fundo. Esta contribuição fica afeta à quota-parte do Fundo dedicada ao financiamento do Plano de Pensões Banco Credibom;
 - b) De uma contribuição de € 2.985.899,98 (dois milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos),



integralmente realizada em dinheiro, por transferência do Fundo de Pensões Espírito Santo Multireforma, correspondente ao produto da liquidação da Adesão Coletiva n.º 30 àquele fundo. Esta contribuição fica afeta à quota-parte do Fundo dedicada ao financiamento do Plano de Pensões Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice.

Artigo 6º

Administração do Fundo

1. A administração do Fundo reger-se-á pelo Contrato de Gestão celebrado entre o Associado e a Entidade Gestora, nos termos da legislação em vigor;
2. O Fundo será alimentado pela contribuição inicial referida no Artigo anterior, bem como pelas demais contribuições que venham a ser realizadas, designadamente nos termos do Artigo 4º;
3. O Fundo será ainda alimentado pelos rendimentos das aplicações do seu património, pelo produto da alienação e reembolso de valores que o constituem e por outras receitas de qualquer natureza ou proveniência que, nos termos legais e contratuais, possam ou devam ficar a si adstritas;
4. Os valores recebidos pela Entidade Gestora serão investidos de acordo com a legislação em vigor e com o estabelecido em matéria de Política de Investimento do Fundo no respetivo Contrato de Gestão, com vista ao cumprimento dos objetivos de maior rendibilidade e segurança dos investimentos;
5. A débito do Fundo serão consideradas as prestações pecuniárias pagas aos beneficiários no âmbito dos Planos de Pensões referidos no Artigo 3º, bem como as cargas de gestão, a remuneração do banco depositário e outras despesas legalmente permitidas e previstas no Contrato de Gestão do Fundo;
6. A Entidade Gestora poderá mandar a gestão de parte ou da totalidade dos ativos do Fundo a instituições de crédito e a empresas de investimento legalmente autorizadas a gerir ativos em país membro da OCDE, desde que, para o efeito, seja celebrado contrato escrito com a entidade ou entidades prestadoras

desses serviços que assegure a afetação do património aos seus fins, nos termos das normas regulamentares aplicáveis;

7. Os valores que integram o património do Fundo e os correspondentes documentos representativos serão depositados no Banco Depositário, ao abrigo de Contrato de Depositário;
8. A Entidade Gestora poderá transferir os valores do Fundo e os respetivos documentos representativos para outra ou outras entidades depositárias, desde que, para tanto, obtenha o acordo prévio do Associado e comunique tal transferência e respetivas condições à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 7º

Empréstimos

O Fundo não prevê a concessão de empréstimos aos Participantes.

Artigo 8º

Transferência da Gestão do Fundo

1. O Associado pode promover a transferência da gestão do Fundo para outra ou outras entidades gestoras, desde que, para tanto, notifique a Entidade Gestora através de carta registada, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente à data em que pretenda que a transferência produza efeitos.
2. A efetiva transferência da gestão do Fundo depende de autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 9º

Representação do Associado

O Associado assegurará a sua própria representação através do seu Conselho de Administração ou da pessoa ou pessoas em quem este delegar tal competência.

Artigo 10º

Alterações ao Contrato

1. As disposições constantes do presente contrato apenas poderão ser modificadas por acordo entre as partes e após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as limitações constantes do número seguinte.
2. As alterações relativas aos Planos de Pensões devem obedecer às seguintes condições:
 - a) As alterações não podem reduzir as pensões que se encontrem em pagamento, nem os direitos adquiridos, se existentes, à data da modificação;
 - b) Das alterações não poderá decorrer a possibilidade de restituição ao Associado da totalidade ou parte do património do Fundo;
 - c) Nenhuma alteração poderá prejudicar o objetivo do Fundo, definido no Artigo 2º.

Artigo 11º

Causas de Extinção do Fundo

O Fundo extinguir-se-á:

- a) Quando o seu objetivo tiver sido atingido;
- b) Quando não existam Participantes nem Beneficiários;
- c) Em caso de falência do Associado, ou no caso do Associado ser extinto, salvo se a responsabilidade pelo financiamento dos Planos de Pensões for assumida por outra entidade que o substitua;
- d) Se o Associado assim o entender e tal for legalmente possível;
- e) Quando não forem cumpridos os mínimos de financiamento exigidos, de acordo com o estabelecido no normativo em vigor a cada momento;
- f) Nos demais casos previstos na legislação em vigor.

Artigo 12º

Liquidação do Fundo

A liquidação do Fundo será efetuada nos termos legais e regulamentares aplicáveis e da forma que vier contratualmente a ser acordada entre o Associado e a Entidade Gestora, após aprovação pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 13º

Extinção da Entidade Gestora

Em caso de extinção ou de cessação da atividade da Entidade Gestora, esta deverá comunicá-lo ao Associado com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias e assegurar a transferência da gestão do Fundo para outra entidade habilitada, mediante prévia autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Artigo 14º

Responsabilidade

As partes contraentes atuarão no interesse do Fundo e com vista à prossecução dos objetivos deste, sendo reciprocamente responsáveis pelos danos decorrentes do incumprimento das respetivas obrigações legais e contratuais, sem prejuízo de outras sanções que ao caso couberem.

Artigo 15º

Lei Aplicável e Jurisdição

1. O presente contrato rege-se e será interpretado segundo a lei portuguesa.
2. Tudo o que não se encontrar especificamente previsto neste contrato será regido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis aos fundos de pensões.



3. O foro competente para dirimir qualquer litígio emergente do presente contrato, nomeadamente quanto à sua validade, interpretação, execução e incumprimento, é o da Comarca de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outra.

Artigo 16º

Produção de Efeitos

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua constituição.

Executado em duas vias, sendo uma destinada ao Associado e outra destinada à Entidade Gestora, e assinado pelas partes.

Lisboa, 1 de junho de 2016



A. D. JOURAS



N. DUCHETIN

Banco Credibom, S.A.



CGD PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

ANEXO I

A. Plano de Pensões do Banco Credibom

1. Definições

- ACT – significará o Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1ª série, n.º 31, de 20 de agosto de 1990, e suas posteriores alterações;
- Participantes – qualquer trabalhador, a tempo completo ou a tempo parcial, que faça parte do quadro do Associado e se encontre abrangido pelo regime de benefícios consagrados neste Plano de Pensões e/ou previsto no ACT. Em consequência, não é Participante deste Plano de Pensões qualquer trabalhador admitido pelo Associado a partir da data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, publicado no Diário da República n.º 42, 1ª Série, e que se encontre abrangido pelo regime geral de segurança social;
- Beneficiários - qualquer Participante quando adquirir o direito a uma pensão de reforma ao abrigo do presente Plano de Pensões, bem como os reformados no âmbito das extintas adesões coletivas n.º 5 ao fundo de pensões aberto “Espírito Santo Fundo de Pensões GES” e n.ºs 28, 29 e 30 ao fundo de pensões aberto “Espírito Santo Multireforma”. Será também considerado Beneficiário qualquer pessoa com direito a uma pensão de sobrevivência ou a um subsídio por morte ao abrigo deste Plano de Pensões;
- Contribuintes - o Associado e os Participantes abrangidos pelo regime da cláusula 137ª-A do ACT;
- Data Normal de Reforma - significará o próprio dia um ou o dia um do mês seguinte àquele que o Participante complete 65 anos de idade;
- Salário Pensionável 1 (SP1) - significará o valor das mensalidades fixadas no anexo II do ACT;

As  


- Salário Pensionável 2 (SP2) - significará o somatório dos valores mensais da Isenção do Horário de Trabalho e dos complementos remunerativos;
- Tempo de Serviço Pensionável 1 (TS1) - significará o tempo de serviço a considerar para o cálculo das pensões deste plano no âmbito do ACT, que será determinado nos termos consignados nas cláusulas 17ª; 17ª – A e 143ª;
- Tempo de Serviço Pensionável 2 (TS2) - significará o número de anos completos ao serviço do Associado contados desde 1 de janeiro de 2006 ou desde a data da admissão no Associado, se posterior. Este tempo de serviço será o considerado para o cálculo dos benefícios a atribuir decorrentes da Isenção do Horário de Trabalho e dos complementos remunerativos.

2. Benefícios

2.1 Reforma Por Velhice

2.1.1. Participante a Tempo Completo

Pensão 1

Para o cálculo deste benefício será considerado o valor de TS1.

Ao atingir a data normal de reforma, o Participante a tempo completo tem o direito a receber as prestações abaixo indicadas, sem prejuízo do disposto no n.º 2 da cláusula 137ª do ACT:

- a) Uma pensão mensal conforme estabelecido no anexo V do ACT, cujo valor será o resultado da aplicação do número de mensalidades e percentagens indicadas ao respetivo SP1. À pensão daqui resultante acresce uma importância correspondente às diuturnidades previstas e calculadas nos termos da cláusula 138ª do ACT;
- b) Um subsídio de Natal de valor igual à alínea a), a satisfazer no mês de novembro;
- c) Um 14º mês de valor igual à alínea a), a satisfazer no mês de abril, sendo-lhe aplicado o princípio estabelecido no n.º 3 da cláusula 102ª do ACT.

Pensão 2

Ao atingir a data normal de reforma, o Participante a tempo completo tem o direito a receber uma pensão mensal cujo valor será o resultado da aplicação do número de mensalidades e percentagens indicadas no anexo V do ACT. Para o cálculo desta pensão serão considerados os valores de TS2 e SP2. Esta pensão mensal será paga 14 vezes ao ano. A 13ª e 14ª prestações das pensões vencem-se, respetivamente, em abril e novembro de cada ano.

O valor total da pensão de reforma por velhice resulta do somatório da Pensão 1 com a Pensão 2.

2.1.2 Participante a Tempo Parcial

O Participante a tempo parcial terá direito a uma pensão calculada nos termos de 2.1.1., mas proporcional ao período normal de trabalho.

2.2. Reforma por Invalidez

Qualquer Participante que seja declarado inválido tem direito às mesmas prestações e nos mesmos termos previstos para a Pensão 1 da Reforma por Velhice, considerando para TS1 a data de reconhecimento da situação de invalidez e para SP1 o valor das mensalidades fixadas no anexo VI do ACT.

Aplicar-se-á o disposto na cláusula 139ª do ACT sempre que haja desacordo entre o Associado e o Participante quanto ao reconhecimento da situação de invalidez.

2.3. Reforma Diferida

De comum acordo com o Associado, qualquer Participante poderá continuar ao serviço deste após a data normal de reforma e no máximo até aos 70 anos, Neste caso, o Participante tem direito a receber as mesmas pensões conforme estabelecido para a Reforma por Velhice, considerando TS1 e TS2 à data da reforma diferida.

2.4. Reforma Antecipada

De comum acordo com o Associado, qualquer Participante poderá reformar-se antecipadamente desde que se verifiquem as condições previstas no n.º 6 da cláusula 137ª do ACT. Neste caso, o Participante tem direito às mesmas prestações e nos termos previstos para a Pensão 1 e Pensão 2 da Reforma por Velhice.

Sempre que se verifiquem reformas antecipadas o Associado poderá ter de efetuar contribuições extraordinárias, consideradas actuarialmente necessárias, para fazer face ao custo da antecipação.

2.5. Benefícios em caso de Morte

2.5.1. Em caso de morte de um Participante ou de um Reformado ao abrigo deste Plano de Pensões, haverá lugar ao pagamento das seguintes prestações:

- a) Uma pensão mensal de sobrevivência igual a 40% do valor da retribuição mensal constante do anexo II do ACT, com um mínimo do ordenado mínimo nacional;
- b) Um subsídio de Natal, no valor correspondente à pensão mensal de sobrevivência, a satisfazer no mês de novembro;
- c) Um 14º mês, no valor correspondente à pensão mensal de sobrevivência, a satisfazer em abril, sendo-lhe aplicado o princípio estabelecido no n.º 3 da cláusula 102ª do ACT.

2.5.2. Beneficiários das prestações mencionadas no n.º 2.5.1.

Estas prestações são atribuídas aos beneficiários indicados no n.º 3 da cláusula 142ª do ACT. O cônjuge sobrevivente só tem direito às prestações mencionadas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2.5.1. desde que esteja casado há mais de um ano à data da morte do Participante ou do Reformado.

2.5.3. As prestações constantes das alíneas a), b) e c) do n.º 2.5.1. serão atribuídas conforme estabelecido nos n.ºs 4, 5 e 6 da cláusula 142ª do ACT.

2.5.4. Em caso de morte do Participante ou de um Beneficiário (Reformado) ao abrigo do presente Plano de Pensões, haverá lugar ao pagamento de um subsídio por morte, calculado nos termos do regulamento do Centro Nacional de Pensões, ou igual à importância mensalmente recebida pelo falecido, a título de vencimento ou pensão de reforma por velhice ou invalidez, conforme o que se mostre, no caso concreto, mais favorável.

As remunerações de referência a considerar para o cálculo do subsídio por morte, nos termos do parágrafo anterior, serão as utilizadas para efeitos dos descontos para o Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.).

Os titulares do direito ao subsídio de morte bem como as regras da sua atribuição respeitam o que está determinado no regulamento do Centro Nacional de Pensões para o mesmo tipo de benefício.

2.6. Atualização das Pensões

As atualizações de pensões de reforma por velhice ou invalidez, antecipada e pensões de sobrevivência terão em conta o disposto nas cláusulas 137ª, n.ºs 4 e 8, 138ª e 142ª, n.º 8, do ACT. No entanto, para a pensão de reforma por velhice ou antecipada, estas atualizações só são aplicáveis à Pensão 1.

O Associado assume o pagamento de qualquer contribuição extra, considerada actuarialmente necessária para fazer face à referida atualização de pensões.

2.7. Participantes Abrangidos pela Segurança Social

Os benefícios da mesma natureza no âmbito do regime geral de Segurança Social serão abatidos às pensões garantidas por este plano, nos termos e condições estabelecidos na cláusula 136ª do ACT, bem como do Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro ou outro que o substitua.

2.8. Direitos dos Participantes em Caso de Cessação do Contrato de Trabalho

Aos participantes, em caso de cessação do contrato de trabalho, ser-lhes-á aplicado o que estiver definido na cláusula 140ª do ACT.

2.9. Benefícios em Caso de Despedimento Coletivo ou extinção do posto de trabalho

Em caso de despedimento coletivo ou extinção do posto de trabalho, os Participantes ficarão com o direito aos benefícios a seguir indicados e de acordo com a sua opção de escolha.

2.9.1. Opção A – Pensão de Reforma Vitalícia Diferida para os 65 Anos de Idade

1. O Participante que faça esta opção terá direito a uma pensão de reforma por Velhice vitalícia, a partir do próprio dia um ou do dia um do mês seguinte àquele em que complete 65 anos de idade.

O valor desta pensão será calculado conforme indicado no ponto 2.1., considerando para o efeito o seguinte:

a) Para o apuramento da Pensão 1

- ✓ Será considerado o valor da mensalidade do nível aplicável ao Participante no momento da rescisão do contrato de trabalho, constante no anexo II do ACT;
- ✓ Serão consideradas as diuturnidades adquiridas pelo Participante no momento da rescisão do contrato de trabalho, calculadas nos termos da cláusula 138ª do ACT;
- ✓ O valor da mensalidade do nível constante do anexo II do ACT, bem como o valor das diuturnidades adquiridas serão atualizadas durante o período de diferimento de acordo com o ACT;
- ✓ Será considerado o valor de TS1 à data da rescisão do contrato.

- b) Para o apuramento da Pensão 2 serão considerados os valores de TS2 e SP2 à data da rescisão do contrato.

2. Durante o período de diferimento o Participante beneficiará também da Reforma por Invalidez nos termos estabelecidos no ponto 2.2., considerando-se para este efeito:

- ✓ TS1 à data da rescisão do contrato de trabalho;
- ✓ SP1 assume o valor da mensalidade do nível aplicável ao Participante, constante do anexo VI do ACT no momento do reconhecimento da invalidez;
- ✓ As diuturnidades adquiridas no momento da rescisão do contrato de trabalho, calculadas nos termos da cláusula 138ª do ACT, cujo valor será atualizado até ao momento de reconhecimento da invalidez de acordo com o ACT.

3. Em caso de morte do Participante durante o período de diferimento ou já na qualidade de reformado ser-lhe-á aplicável os benefícios previsto no ponto 2.5, considerando para este efeito as condicionantes mencionadas nos pontos 1. e 2. acima indicados.

4. As pensões indicadas em 2.9.1. serão atualizadas de acordo com o disposto no ponto 2.6..

2.9.2. Opção B – Pensão de Reforma Vitalícia Imediata

1. O Participante que faça esta opção terá direito a uma Pensão de Reforma Antecipada com início no próprio dia um ou no dia um do mês seguinte à rescisão do contrato de trabalho. O valor desta pensão resulta de negociação individual, sendo igual ao somatório dos valores a seguir indicados:

- ✓ O valor mensalidade negociada com o Participante no momento da rescisão do contrato de trabalho, constante do anexo II do ACT;
- ✓ As diuturnidades adquiridas nos termos da cláusula 138ª do ACT.



A pensão assim calculada observa o disposto no n.º 2 da cláusula 137ª do ACT.

2. Em caso de morte do Beneficiário ser-lhe-ão aplicáveis os benefícios previstos no ponto 2.5..
3. As pensões indicadas em 2.9.2. serão atualizadas de acordo com o disposto no ponto 2.6..
4. São ainda benefícios contemplados neste plano os encargos da responsabilidade do Associado inerentes ao pagamento de pensões de reforma e sobrevivência nos termos da Cláusula 144.ª do ACT.

AS   

Plano de Pensões do Banco Credibom – Complementos Remunerativos da Reforma por Velhice

1. Definições

- ACT – significará o Acordo Coletivo de Trabalho para o Setor Bancário publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, 1ª série, n.º 31, de 20 de agosto de 1990, e suas posteriores alterações;
- Participantes – qualquer trabalhador, a tempo completo ou a tempo parcial, que fizesse parte do quadro do Associado à data de 31 de dezembro de 2005. Excluem-se os trabalhadores oriundos da então Credilar – Instituição Financeira de Crédito, S.A.;
- Beneficiários - qualquer Participante quando adquirir o direito a uma pensão de reforma ao abrigo do presente Plano de Pensões;
- Contribuinte - o único contribuinte do presente Plano de Pensões é o Associado;
- Data Normal de Reforma, significará o próprio dia um ou o dia um do mês seguinte àquele que o Participante complete 65 anos de idade;
- Salário Pensionável (SP) significará o somatório dos valores mensais da Isenção do Horário de Trabalho e dos complementos remunerativos;
- Tempo de Serviço Pensionável (TS) significará o número de anos completos ao serviço do Associado contados até 31 de dezembro de 2005.

2. Benefícios

2.1 Reforma Por Velhice

2.1.1. Participante a Tempo Completo

Ao atingir a data normal de reforma, o Participante a tempo completo tem o direito a receber uma pensão mensal cujo valor será o resultado da aplicação do número de mensalidades e percentagens indicadas no anexo V do ACT. Para o cálculo desta pensão serão considerados os valores de TS e SP. Esta pensão mensal será paga 14

vezes ao ano. A 13ª e 14ª prestações das pensões vencem-se, respetivamente, em abril e novembro de cada ano.

2.1.2. Participante a Tempo parcial

O Participante a tempo parcial terá direito a uma pensão calculada nos termos de 2.1.1., mas proporcional ao período normal de trabalho.

2.2. Reforma Diferida

De comum acordo com o Associado, qualquer participante poderá continuar ao serviço deste após a data normal de reforma e no máximo até aos 70 anos, Neste caso, o Participante tem direito a receber as mesmas pensões conforme estabelecido para a Reforma por Velhice.

2.3. Reforma Antecipada

De comum acordo com o Associado, qualquer participante poderá reformar-se antecipadamente desde que se verifiquem as condições previstas no n.º 6 da cláusula 137ª do ACT. Neste caso, o Participante tem direito a uma pensão calculada nos termos da Reforma por Velhice.

Sempre que se verifiquem reformas antecipadas o Associado poderá ter de efetuar contribuições extraordinárias, consideradas necessárias, para fazer face ao custo da antecipação.

2.4. O benefício decorrente deste Plano de Pensões terá que ser ajustado por forma a que, do somatório do tempo de serviço pensionável (TS) com tempo de serviço pensionável 2 (TS2), este contado no âmbito do estabelecido no Plano de Pensões Banco Credibom, resulte para o beneficiário uma pensão que verifique o anexo V do ACT quer no que concerne ao número de mensalidades do 1º e 2º períodos quer nas percentagens do último período. Com este ajustamento pretende-se não beneficiar ou

prejudicar o Beneficiário, caso TS e TS2 fossem contados isoladamente em cada um dos Planos de Pensões financiados pelo Fundo de Pensões Banco Credibom.

2.5. Benefícios em Caso de Despedimento Coletivo ou extinção do posto de trabalho

Em caso de despedimento coletivo ou extinção do posto de trabalho, os Participantes ficarão com o direito ao benefício a seguir indicado:

Pensão de Reforma Vitalícia Diferida para os 65 anos de idade

1. O Participante terá direito a uma pensão de reforma por velhice vitalícia, a partir do próprio dia um ou do dia um do mês seguinte àquele em que complete 65 anos de idade.

O valor desta pensão será calculado conforme indicado no ponto 2.1., considerando para o efeito o seguinte:

- ✓ TS, à data da rescisão do contrato;
- ✓ SP, à data da rescisão do contrato.

2. A este benefício é aplicado o disposto no ponto 2.4.

2.6. Cessação do Contrato de Trabalho

Em caso de cessação do contrato de trabalho antes da data normal de reforma, por qualquer motivo exceto por Despedimento Coletivo ou extinção do posto de trabalho nos termos indicados em 2.5., não haverá lugar ao pagamento de qualquer benefício no âmbito deste Plano de Pensões.